

TERRITORIALIDADE E EXCLUSÃO: estudo de caso da praça Padre Roque Pinto de Barros em São Carlos - SP

G. M. WAJAMATU¹
E. MASIERO²

RESUMO: O objetivo do trabalho é relatar o processo de territorialização de uma praça o qual tem prejudicado a valorização e a apropriação do espaço público como área de convívio e permanência da população. No local está implantada a igreja de Santo Antônio de Pádua, tombada pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos (COMDEPHAASCA) em 2009. O estudo busca detectar as atuais características da praça e alertar para certas apropriações que não condizem com a importância histórica do local e seu papel referencial na cidade. A metodologia adotada para a avaliação das características urbanas do local foi desenvolvida através de levantamento de dados históricos, cadastrais e de campo, por meio de fotos, documentos, análise do uso e ocupação dos edifícios, observação dos usos, fluxos e permanência de pessoas e veículos, durante os períodos matutino, vespertino e noturno, em dias úteis e nos finais de semana. Os dados coletados geraram mapas analíticos, de acordo com observações da dinâmica espacial do local. Os resultados apontam que o processo de territorialização gerou áreas de exclusão e segregação sócioespacial. Dessa forma, torna-se essencial a criação de estratégias de planejamento que direcionem intervenções espaciais para promover a valorização do patrimônio e o resgate da função social para a qual a praça deveria estar destinada.

Palavras-chave: Territorialidade, apropriação do espaço público, segregação sócio espacial.

ABSTRACT: The aim of this work is to report the territorialization process of a square which has hampered the valorization and appropriation of the public space as an area of conviviality and permanence of the population. The Santo Antônio de Pádua church is located at São Carlos City and it is Defensed by the Historical, Artistic and Environmental Heritage of São Carlos (COMDEPHAASCA) since 2009. The study seeks to detect the current characteristics of the square and to alert to certain appropriations that do not fit the historical importance of the place and its referential role in the city. The methodology adopted for the evaluation of the urban characteristics of the site was developed through the collection of historical, cadastral and field data, through photos, documents, analysis of the use and occupation of buildings, observation of uses, flows and permanence of people and vehicles during the morning, evening and evening periods, on weekdays and on weekends. The collected data generated analytical maps, according to observations of the spatial dynamics of the site. The results indicate that the territorialization process generated areas of exclusion and socio-spatial segregation. Thus, it is essential to create planning strategies that direct spatial interventions to promote the valorization of the patrimony and to rescue the social function to which the square should be destined.

Keywords: Territoriality, appropriation of public space, socio-spatial segregation.

¹ Universidade Federal de São Carlos- Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana Email: wakamatu@uol.com.br erico@ufscar.com.br

² Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana – Email: erico@ufscar.br

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a resgatar, através dos fatos históricos, as diversas intervenções que deram início a um processo de desvalorização patrimonial e simbólica de uma praça, as quais têm fomentado sua territorialização. A relevância do estudo consiste na detecção de um fenômeno caracterizado como urbanismo de exclusão para exemplificar como um processo de apropriação do espaço urbano pode ser danoso para o convívio social da população se não favorecer o bem comum. A desvalorização do patrimônio histórico, a perda de identidade, a falta de conservação dos bens públicos, a degradação ambiental e de usos se expressam em áreas que são permeadas por relações muitas vezes conflituosas. Gehl & Gemzoe (2002) observam que os espaços públicos das cidades sempre tiveram a função de favorecer a interação entre as pessoas, estimular as relações comerciais, o encontro e, sobretudo apoiar as manifestações sócio culturais, tais como festividades populares ou expressões de crenças e valores. Com base nos conceitos de um planejamento urbano humanista, onde a cidade é dirigida ao homem, não ao automóvel (Gehl 2013) constatamos que muitas das nossas cidades caminham na contramão desses ideais. Sua essência humanista foi se perdendo em detrimento dos deslocamentos rápidos dos veículos automotores, da falta de espaços adequados para caminhar e permanecer, do aumento da violência urbana e da ineficácia do planejamento urbano para a resolução destes problemas. Compreende-se que a articulação de ações entre os usuários locais e o poder público define as condicionantes de uso dos espaços públicos e podem rejeitar questões sociais, culturais, ambientais e simbólicas em contrapartida a interesses particulares ou de pequenos grupos. Barreiras informais geram barreiras formais, segregação social gera segregação espacial. Assim como acontece com os condomínios fechados que não se articulam com a malha urbana, na maioria das cidades brasileiras, o urbanismo também pode contribuir para a exclusão e desencadear sérios conflitos sociais.

De acordo com Naranjo (2016) a América Latina possui características de segregação e exclusão similares em diversos pontos, explicitando os casos do muro que separa a favela de Paraisópolis e o bairro do Morumbi, em São Paulo, o contraste entre o Distrito de Santa Fé, um dos mais ricos da Cidade do México, e seu entorno degradante e o “Muro da Vergonha”, em Lima, no Peru, onde se evidencia as desigualdades entre os habitantes do subúrbio de Vista Hermosa e o luxuoso bairro Las Casuarinas. (PLÖGER, 2006). O distanciamento só tende a crescer, chegando a situações extremas, quando além

das desigualdades sociais existem também divergências políticas e religiosas, como é o caso de Jerusalém, em Israel. Segundo Chiodelli (2011), o muro de divisa entre a área israelense e o território palestino, localizado na porção oriental da cidade, enclausura e encurrala a população palestina, impedindo o livre acesso, ampliando as tensões e os conflitos armados. É inevitável que se desenvolvam ações que democratizem o uso dos espaços públicos em nossas cidades para que o convívio possa ser amistoso e sadio. De acordo com Sachs (2007), os principais critérios que norteiam as ações na busca do desenvolvimento sustentável são: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e político. É impossível promover a conservação do meio ambiente e o crescimento econômico sem que haja sustentabilidade social, equidade e democracia - com a apropriação efetiva de todos os direitos humanos. Através desta afirmação consegue-se perceber a importante função do patrimônio como agente motivador na busca pelo desenvolvimento sustentável, já que com a preservação do patrimônio a tendência é que os lugares de interesse histórico tornem-se atraentes para atividades educativas, de recuperação da memória, de eventos culturais, de atividades comerciais ou de turismo. Dessa forma, entende-se que a valorização do patrimônio está intimamente ligada à recuperação (ou não degradação) dos espaços onde se insere, trazendo benefícios à população e colaborando para a sustentabilidade social.

A partir da constatação da importância dos espaços públicos para o desenvolvimento da cidadania, para o sentimento de pertencimento e para a integração social entre os diferentes perfis populacionais presentes em uma cidade, foi escolhida uma praça na cidade de São Carlos, SP, para exemplificar a ocorrência de um processo de ocupação excludente, territorialista e degradante. A Praça Padre Roque Pinto de Barros, localizada na Vila Prado, abriga a Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua a qual foi construída em um terreno doado pelos industriais Saba e Nicolau Sallum na década de 1940. O lançamento da pedra fundamental do edifício se deu em 13 de junho de 1943, mas a obra só foi concluída em 1963. Devido ao seu valor histórico, o edifício foi tombado em 13 de Junho de 2009 pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos (COMDEPHAASCA, 2012). A expansão do bairro seguiu o mesmo padrão da formação original dos centros urbanos brasileiros, onde o templo religioso assume papel central na organização espacial e, seu entorno, passa a ser a região mais dinâmica do povoado (Figura 1). A partir deste núcleo urbano, outros bairros foram se

desenvolvendo e hoje, esta região da cidade abriga cerca de 18% da população total do município.



Figura 1 – Foto aérea da expansão urbana de São Carlos na década de 1960, tendo ao fundo a Igreja Santo Antônio de Pádua como centro da expansão.

Fonte: Adaptada pela autora do Acervo Fundação Pró Memória São Carlos (2015)

Durante o processo de tombamento do edifício da igreja várias ações foram efetuadas para angariar fundos para a restauração das pinturas e para a manutenção do mesmo. A Fundação Pró Memória de São Carlos, responsável pelo acervo documental e pela preservação do patrimônio artístico e arquitetônico do município, reuniu e preparou toda a documentação para o tombamento e, posteriormente, encaminhou um projeto ao Governo Federal, através da Lei Rouanet, solicitando recursos para as obras. Outras campanhas foram realizadas para a obtenção de mais recursos, sempre com o objetivo de recuperar a igreja. Nada foi feito em relação à degradação da praça, que deveria ter sua importância igualmente reconhecida como referencial do patrimônio histórico e cultural da cidade. A configuração original da praça previa amplos espaços livres ao redor da igreja que se destinavam ao uso coletivo e a integração das áreas habitacionais com as áreas comerciais e de serviços, conforme pode ser observado nas Figuras 2, 3 e 4.



Figura 2– Foto aérea da igreja na década de 1950, com os espaços ao redor quase que totalmente livres. Fonte: Paróquia Santo Antônio de Pádua



Figura 3 – Foto aérea da Praça Pe. Roque Pinto de Barros, na década de 1960, com espaços públicos generosos e mais arborizados. Fonte: Acervo Fundação Pró Memória São Carlos



Figura 4 – Foto aérea da Praça Pe. Roque Pinto de Barros, na década de 1970, onde se observa o fechamento das laterais e fundos da igreja por meio das edificações. Fonte: Acervo Fundação Pró Memória São Carlos.

Por estar implantada em um terreno originalmente particular, a praça não foi objeto de nenhuma diretriz urbanística específica na época da implantação do templo religioso, fato que desencadeou a perda gradativa da sua configuração inicial com espaços livres e de uso coletivo. Várias intervenções espaciais foram executadas, sem os devidos critérios que considerassem a história, a cultura e os valores artísticos do local. Outras edificações foram construídas ao redor da igreja e o espaço público da praça da igreja, tão significativo nas cidades do interior do Brasil, que possui o caráter simbólico de transição entre sagrado e profano, foi resumido a local de estacionamento de veículos, ponto de taxi, ponto de ônibus, sanitários públicos, pequenos jardins e alguns bancos. A partir da década de 1970, os generosos espaços livres e arborizados, que eram muito utilizados pela população, começaram a dar lugar para edifícios com usos restritos. A intervenção mais representativa deste período se trata da implantação de um edifício que abriga atualmente a escola SESI 106 - Serviço Social da Indústria, o qual é alugado pela paróquia. Nos fundos da igreja, na Rua Dr. Gastão de Sá, a casa do pároco foi erguida e, em continuidade a ela, uma ampliação do salão paroquial foi anexada. Dessa forma, as laterais e os fundos da igreja ficaram sem áreas livres, comprometendo a circulação e o acesso físico e visual à praça e ao templo em sua totalidade. O espaço livre passou a ser confinado, o público passou a ser privado sem que houvesse qualquer participação popular em tais decisões. Em meados da década de 1980 a Prefeitura Municipal de São Carlos efetuou uma reforma significativa na parte frontal da praça. A fonte com chafariz foi demolida, construíram-se sanitários

públicos e outros caminhos, reduzindo as áreas ajardinadas e livres da praça. (Figuras 5 e 6). Esta intervenção contribuiu significativamente para a mais drástica descaracterização do espaço público o que consagrou a degradação de usos, a desvalorização do patrimônio histórico e a perda de identidade.



Figura 5 – Reforma da praça na década de 1980 demonstrando a total modificação do espaço frontal da igreja. Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória



Figura 6 – Foto aérea da praça, no final da década de 1990, com destaque o fechamento do entorno da igreja e a redução do espaço público. Fonte: Adaptada acervo Fundação Pró Memória

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo diagnosticar o processo de territorialização da Praça Padre Roque Pinto de Barros e propor ações de intervenção nos campos político-administrativo, cultural, educacional, ambiental, físico-espacial, e sócio econômicas, com o intuito de tornar o local mais adequado ao fortalecimento das relações humanas .

MÉTODO

A metodologia adotada se baseou na coleta e informações tanto do ambiente físico como nas questões imateriais. Para a identificação da problemática expressa na territorialização foram utilizados dados históricos, cadastrais, os quais foram obtidos nos acervos da Fundação Pró Memória de São Carlos, na imprensa da cidade e da coleta de informações com a população. As informações de campo foram obtidas por levantamentos in loco, por meio de fotos, análise do uso e ocupação dos edifícios, observação dos usos,

fluxos e permanência de pessoas e veículos, durante os períodos matutino, vespertino e noturno. Procurou-se sistematizar as observações em dias consecutivos para que fossem registradas com fidelidade as diferenças de usos entre os dias úteis e os finais de semana. Esta observação levou em consideração também o calendário anual de festividades da paróquia, sendo efetuadas em períodos de grande movimentação como os meses de junho (devido às celebrações referentes ao dia do padroeiro Santo Antônio) e setembro (quando ocorre a Festa do Milho), além de observações cotidianas da dinâmica do local. As observações e as informações coletadas foram sistematizadas para a definição de mapas analíticos, os quais apresentam o processo histórico de apropriação espacial excludente e com viés privatista. Após a análise dos dados e do cruzamento de informações em mapas, foram elaboradas estratégias de planejamento que direcionem novas intervenções espaciais para promover acessibilidade, a inclusão, a valorização do patrimônio e o resgate da função social da praça. As sugestões de intervenções no local estão baseadas na norma NBR 9050/2015, nos Critérios de Sustentabilidade, propostos por Sachs (2007), no que se refere à sustentabilidade social e cultural, nos exemplos de urbanismo humanista propostos por Gehl (2013) e na observação dos hábitos locais.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados apontam que o processo de territorialização gerou áreas de exclusão e segregação sócio espacial. A criação de barreiras físicas ao redor da igreja Santo Antônio de Pádua colaboraram expressivamente para o estabelecimento dos territórios da praça. O espaço de convívio se reduziu à porção mais arborizada, onde há mesas e bancos de concreto que usualmente são ocupados por idosos (homens) para jogos de cartas, dominó e conversas. Pode-se constatar, com a observação do mapa de uso e ocupação do solo das quadras que circundam a igreja (Figuras 7 e 8), que a implantação dos estabelecimentos comerciais se deu, em sua grande maioria, ao longo da Avenida Sallum e nas ruas laterais à praça, somente onde não há barreiras que impeçam a visualização da igreja, nas demais áreas vemos o predomínio de residências.



Figura 7 – Quadra da igreja e seu entorno adensado.

Fonte: Adaptada de Google Earth, (2009)

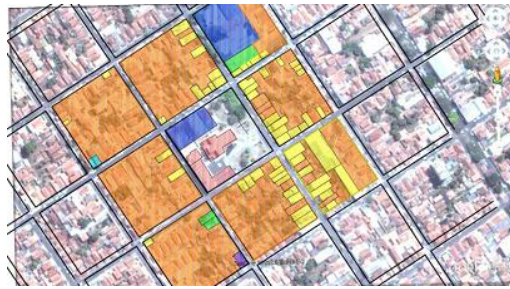


Figura 8 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo das quadras ao redor da Igreja Santo Antônio.

Fonte: Adaptado de Google Earth e Mapa Cadastral de São Carlos, 2005.

LEGENDA
IGREJA SANTO ANTÔNIO
COMERCIAL
RESIDENCIAL
INSTITUIÇÃO DE ENSINO
SERVIÇOS
IGREJA MIN. CELULAR DA ALIANÇA
IGREJA PRESBITERIANA

Verifica-se que a parte frontal da igreja é bastante dinâmica, do ponto de vista de circulação de veículos e pessoas, com estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo da Avenida Sallum (Figura 9), enquanto que na Rua Dr. Gastão de Sá, nos fundos da igreja, há predominio de residências e não existe relação visual com a praça (Figura 10). A Figura 11 demonstra a dificuldade de acesso ao edifício, com ausência de sinalização tátil e rampa para pessoas portadoras de necessidades especiais.



Figura 9– Cruzamento da Avenida Sallum com a Rua Antonio Botelho, mostrando as atividades comerciais próximas à praça. Fonte: Autor, (2015).



Figura 10 – Cruzamento da Rua Antonio Botelho com a Rua Dr. Gastão de Sá, mostrando os fundos do salão paroquial que funciona como barreira visual e de acesso à praça. Fonte: Autor, (2015).



Figura 11 – Ausência de sinalização tátil e rampa de acesso ao edifício. Fonte: Autor, (2015).

A praça possui alguns equipamentos urbanos, como bancos e mesas de concreto, implantados de forma setorizada. Não há projeto paisagístico que integre as partes, nem iluminação adequada para o uso noturno, a pavimentação encontra-se danificada em muitos trechos, não há rampas nem sinalização tátil. Muitos idosos frequentam o local

tornando urgente tais adaptações. Todos os edifícios ao redor da igreja encontram-se desgastados pelo uso, falta manutenção nos pisos e canteiros ajardinados, atribuindo ao local uma imagem de descuido. Medidas simples podem modificar o panorama atual, tais como: instalação de sinalização tátil no piso, execução de rampas de acesso nas portas da igreja com desnível superior a 1,5 centímetros, reserva de vagas de estacionamento para pessoas com necessidades especiais, eliminação de circulação de veículos no interior da praça, construção de sanitários adaptados, reserva de espaço e acesso para cadeirantes ao templo e as demais edificações, inserção de comunicação em língua de sinais (libras) durante as cerimônias religiosas, inserção de material informativo em braile, de acordo com a NBR 9050/ 2015, iluminação e pisos seguros no espaço externo. A remoção das grades e muros que envolvem o templo também seria de grande valia para o destaque e valorização do bem patrimonial. Segundo a análise do local o fluxo de pedestres não interfere nos pontos de permanência delineados pelos territórios, como demonstra a Figura 12. Os territórios ficam explícitos a partir das informações relativas ao uso do espaço público descrito na Figura 13.



Figura 12 – Mapa dos principais fluxos de pedestres da Praça da Igreja Santo Antônio de Pádua.
Fonte: Adaptado de Google Earth e Mapa Cadastral de São Carlos, 2005.



Figura 13 – Mapa dos territórios da quadra da Igreja Santo Antônio de Pádua.
Fonte: Adaptado pela autora de Google Earth e Mapa Cadastral de São Carlos, 2005.

A caracterização da territorialidade se processa da seguinte forma: há o território dos idosos, que se estabelecem nas mesas de jogos, o território dos taxistas, o território dos que utilizam o transporte público no ponto de ônibus, o espaço dos sanitários públicos, o

espaço de circulação de veículos e estacionamentos, o espaço privado da paróquia, separado da praça por grades (Figura 14), há espaços sem permanência e há o território do templo religioso, cuja fachada já sofre deterioração apesar do seu tombamento (Figura 15). Ou seja, nenhum deles está preparado para receber qualquer manifestação popular.



Figura 14 – O espaço privado da paróquia que se separa da praça por meio de grades.

Fonte: Autora, (2015).



Figura 15 – O território do templo religioso, e a deterioração da fachada do templo.

Fonte: Autora, (2015).

Diante do diagnóstico, o estudo propõe no quadro a seguir (Tabela 1) Propostas de Estratégias de Planejamento para a Grande Vila Prado, compreendendo a Praça Roque Pinto de Barros e a Igreja Santo Antônio de Pádua, de acordo com os critérios de sustentabilidade propostos por Sachs, (2007) e os princípios do urbanismo humanista de Gehl (2013). As propostas consideram ações nos campos político-administrativo, cultural, ambiental, social, físico-espacial, educacional e econômico, com o intuito de tornar o local mais adequado ao fortalecimento das relações humanas.

Tabela 1 - Propostas de Estratégias de Planejamento para a Grande Vila Prado

SETORES	ESTRATÉGIAS	EXPECTATIVAS
POLÍTICO-ADMINISTRATIVO	Disponibilização de recursos financeiros públicos e da iniciativa privada para apoiar ações de recuperação da praça e do templo.	Execução de obras de melhoria do espaço público e do templo que favoreçam a valorização do entorno.
	Criação de incentivos fiscais para que empresas participem das ações de recuperação e preservação do patrimônio cultural local.	Aumento do interesse de empresas e cidadãos na participação da manutenção de espaços públicos.
CULTURAL E EDUCACIONAL	Oferecer espaço para a comunidade expor sua produção artística e cultural através de feiras e exposições	Aumento da produção cultural do bairro e descoberta de artistas locais pouco engajados.
	Promover e incentivar a realização de atividades culturais, e artísticas como shows, exposições, peças de teatro e oficinas na praça e no bairro.	Diversificação da utilização dos espaços públicos de forma democrática e inclusiva.
AMBIENTAL	Mapear e inventariar as espécies arbóreas locais e estabelecer ações de preservação, plantio e conservação.	Aumento da diversidade da fauna local, criação de sombras e áreas de contemplação.
	Buscar apoio de ONGs ambientais como Veracidade, estabelecida na Vila Prado.	Engajamento dos moradores em práticas de desenvolvimento sustentável.
	Reduzir as áreas de pavimentação impermeável da praça substituindo-as por áreas vegetadas.	Aumento da drenagem natural do solo e redução da temperatura do local pela presença de áreas verdes.
SOCIAL	Favorecer a inclusão de deficientes auditivos e visuais com a inserção de	Democratização espacial. Inclusão e

	material informativo e sinalização em braile. Neutralizar o acesso aos diversos territórios existentes na praça	fortalecimento da identidade cultural
--	--	---------------------------------------

INTERVENÇÕES ESPACIAIS	Inserção de sinalização tátil no piso da praça, instalação de rampas nas entradas da igreja, construção de sanitários adaptados, reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência, gestantes e idosos.	Promover autonomia, conforto e inclusão
	Substituição da iluminação existente por outra mais adequada ao uso noturno da praça. Instalação de iluminação de destaque (cênica) para a fachada da igreja.	Redução da utilização do espaço para atividades ilícitas. Valorização do bem patrimonial destacando-o das demais edificações.
	Elaboração de um projeto arquitetônico e paisagístico que contemple: <ul style="list-style-type: none"> • valorização do patrimônio • relação com o entorno • eliminação das barreiras, grades e muros • readequação de equipamentos 	Cumprimento da função social original do espaço público que é de agregar, acolher e possibilitar o uso por todos, sem distinção.

ECONÔMICO SOCIAL	E Incentivar a ação de entidades e associações que promovam o desenvolvimento econômico setorial e a economia solidária.	Reverter parte dos recursos em melhorias para o bairro. Influenciar as demais regiões da cidade.
	Organizar as associações de bairro e promover ações sociais e geração de renda coletiva da	Favorecer o desenvolvimento endógeno.

CONCLUSÃO

A partir da compilação de dados cadastrais, fotos e principalmente da observação dos usos, foi constatado que os espaços coletivos da Praça Padre Roque Pinto de Barros tem sido bastante reduzidos e fragmentado. Há, portanto, uma ordem territorial implícita aceita como normal pelos usuários do local, os quais não contestam os prejuízos para as atividades cívicas ou simplesmente para a contemplação. Percebe-se que não são somente barreiras físicas que dificultam o acesso livre e independente de pessoas, mas principalmente barreiras de comunicação e de exclusão daqueles que não pertencem aos grupos que se estabeleceram em cada território. Não existe na atual configuração da praça um espaço de convívio atraente e há pouca permanência no local de pessoas que não pertençam aos grupos citados. Mesmo os usuários da igreja só permanecem na praça por períodos curtos de tempo, antes e depois das celebrações. As edificações construídas atrás da igreja expressam a falta de relacionamento físico e emocional destes espaços com o bairro, por meio de paredões altos, com janelas também altas, sem nenhum recuo e pintura desgastada. Mudar estes paradigmas é realmente complexo, mas acredita-se que a melhoria da qualidade do espaço urbano, de forma a torná-lo mais convidativo e acessível (com equipamentos adequados, circulação segura e sem barreiras, áreas verdes e boa iluminação) contribuirá significativamente para que ele seja mais democrático e favoreça a sustentabilidade social. O reconhecimento e a preservação de um bem patrimonial contribuem também para a valorização dos indivíduos que fazem parte daquele contexto urbano, pois valorizar o patrimônio e a história é valorizar as pessoas que se relacionam com ele. No caso específico em questão, revitalizar a praça e seu entorno se apresenta como necessidade primordial para o resgate de valores imateriais que se encontram esquecidos ou pouco expressos na atualidade. Constatamos que a forma de viver dos moradores da Vila Prado também faz parte do patrimônio deste bairro, que ainda conserva suas características de vila operária típica das cidades do interior, com suas expressões, suas festas populares, suas manifestações religiosas, seu comércio, etc. O modo das pessoas se relacionarem com o espaço público assume conotações diferentes de outros bairros da cidade. Aqui, muitos se conhecem, conversam pelas calçadas e os limites entre o

público e o privado ainda preservam características amigáveis. A temática da identidade cultural merece destaque em situações como esta pelo fato de várias famílias residirem no bairro há gerações e possuírem raízes no local. O resgate dos valores culturais assume, neste caso, uma conotação importante de valorização da memória e de maior articulação da população na busca por qualidade de vida, através de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e o engajamento dos próprios moradores. Tanto a preservação do patrimônio, quanto a reabilitação do espaço público, com a efetivação de medidas que garantam a acessibilidade ao local, contribuem para a sustentabilidade social, uma vez que promovem a inclusão de grupos distintos de pessoas, religiosos ou não, moradores do bairro ou forasteiros, abastados ou não, portadores de deficiência ou não. Assim, um espaço de grande valor histórico para a cidade, e principalmente para o bairro, poderia assumir de fato seu caráter agregador, cuja função tem sido deturpada ao longo dos anos.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer às agências brasileiras CNPq e CAPES por seu apoio em muitas fases desta pesquisa.

REFERÊNCIAS (FALTAM OS TÍTULOS EM NEGRITO)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

CECHINATO, Luiz. Publicação Comemorativa dos 60 anos da Paróquia Santo Antônio de São Carlos – SP. São Carlos, 2004.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. *Novos espaços urbanos*. Barcelona, Espanha: Edição em português editorial Gustavo Gili, SA, 2002. 263p.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. São Paulo, Perspectiva, 2013.

SACHS, Ignacy. Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento/ Ignacy Sachs; Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007. 472 p.

Chiodelli, F. Re-shaping Jerusalem: The transformation of Jerusalem's metropolitan area by the Israeli barrier. *Cities* 31, 2013. 417-424p.

Naranjo, E. Mas allá del muro. La condición urbanoterritorial del límite en américa latina. *Revista Diseño Urbano & Paisaje - DU&P* 31, 2016. 13-22 p.

PLÖGER, Jörg. La Formación de Enclaves Residenciales en Lima en el Contexto de La Inseguridad. *ur[b]es* Vol. 3, Lima, enero-diciembre 2006, 135-164 p.

Fundação Pró-Memória de São Carlos. Disponível em:
<http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br> Acesso 25/06/2015.

Paróquia Santo Antônio de Pádua. Disponível em: <http://www.santoantonio.org.br> Acesso 20/06/2015.